



## **Uma reflexão sobre a visibilidade das pessoas com deficiência na mídia impressa piauiense<sup>1</sup>**

Robson Silva Costa<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Piauí - Uespi

### **Resumo**

O presente artigo aborda reflexivamente a forma como as pessoas com deficiência (PCDs) são representadas socialmente na mídia impressa piauiense, cinco anos após a implantação da Seid (Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência), que é o primeiro órgão governamental criado para trabalhar especificamente as políticas públicas para as PCDs. Ao mesmo tempo a proposta busca ampliar as discussões envolvendo a intersecção dos temas mídia impressa, pessoas com deficiência, políticas públicas e representação social, ainda tão pouco pesquisada.

### **Palavras-chave:**

Comunicação social; jornalismo; políticas públicas; representação social; pessoa com deficiência.

### **Introdução**

Uma das finalidades deste estudo é ampliar as discussões envolvendo políticas públicas e representação social na mídia das pessoas com deficiência no Piauí. Tema ainda pouco explorado e com poucas indicações bibliográficas, a abordagem adotada aqui se caracteriza muito mais como uma reflexão do que como uma análise, mas com o propósito de embasar uma pesquisa aprofundada que possa se caracterizar como dissertação de mestrado.

Este estudo é desenvolvido a partir da análise dos três principais jornais impressos de Teresina (PI) - O Dia, Diário do Povo e Meio Norte - durante o mês de junho de 2008, período em que a primeira secretaria do Estado do Piauí que trata das políticas públicas voltadas para as PCDs, a Seid (Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência), completou cinco anos de existência. É também neste período que é comemorado o Dia Estadual da Pessoa com Deficiência, 9 de junho. Os dois motivos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Regional, na Divisão Temática de Jornalismo, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste

<sup>2</sup> Graduado em Comunicação Social-Habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal do Piauí-Ufpi, no ano de 2001. Especialista em Comunicação Institucional pela mesma Ufpi em parceria com a UFRJ. Atualmente professor substituto de Comunicação Social da Universidade Estadual do Piauí-Uespi.



poderiam sugerir pautas e abordagens diferenciadas na mídia. Foram pesquisadas notícias relacionadas a pessoas com deficiência e a políticas públicas voltadas para elas.

As políticas públicas, segundo Melo (2008), são formadas a partir das decisões e ações dos governos para atender determinadas demandas sociais coletivas capazes de influir na construção da cidadania, e terminam por reverberar na sociedade, permitindo observações e interpretações de quem é e de quem não é beneficiado por elas. Dessa forma também partimos do pressuposto que a informação de existência de uma política pública específica e as formas de acesso a ela é difundida, muitas vezes, através da mídia impressa.

Dentro do recorte analisado, pretende-se perceber como a pessoa com deficiência é representada socialmente pela mídia, como as políticas públicas voltadas a ela aparecem e com que frequência o tema é abordado. Para tanto, além do aspecto quantitativo de matérias, serão observados os assuntos tratados e a forma como o discurso é repassado.

É a visibilidade da representação social, segundo Fausto Neto (1999), que legitima as demandas sociais. E essa mesma visibilidade ocorre através da mídia, que, no caso em questão, é a mídia impressa dos três principais jornais piauienses.

### **Traços Históricos**

Historicamente, as pessoas com deficiência (PCDs) eram discriminadas, abandonadas ou mesmo eliminadas da sociedade. Assim acontecia, por exemplo, na Grécia e na Roma antigas, onde as crianças disformes, franzinas e doentias eram exterminadas. O filósofo grego Platão, ao tratar da composição e planejamento das cidades na obra *A República*, no livro IV, já falava que as crianças disformes deveriam ser escondidas em lugar oculto. Já Aristóteles, sobre o mesmo tema, na obra *Política*, livro III, defendia leis que proibissem que crianças disformes fossem criadas. Da mesma forma há relatos de que, mais recentemente o próprio nazismo utilizou procedimento análogo em campos de concentração, e de que as tribos indígenas, especialmente as nômades, que viam nas crianças com deficiência um castigo dos deuses e que, por um ritual religioso, elas deveriam ser abandonadas nas florestas ou sacrificadas.

Silva (2007) mostra que essa abordagem em relação às pessoas com deficiência tem uma mudança lenta e gradual, incluindo o envolvimento da igreja católica



inicialmente a favor, depois contra a inclusão das PCDs. Apenas com as pesquisas no campo da medicina e a evolução da tecnologia quando, nos séculos XVIII e XIX passam a ser desenvolvidos aparelhos de ajuda como cadeiras de rodas, bengalas, muletas, próteses, entre outros instrumentos de apoio e locomoção, é que essa visão negativa em relação às pessoas com deficiência passa a ser alterada.

Mas, Silva mostra que, apenas recentemente, a partir da segunda metade do século XX, que estas conquistas passam a ter uma dimensão mais ampla. Para ilustrar, vamos citar apenas alguns que podem ser considerados mais simbólicos. Como o fato de em 1970 as Nações Unidas terem proclamado a Declaração dos Deficientes Mentais, iniciando o processo de favorecimento da inclusão social.

O ano de 1981 foi proclamado pelas Nações Unidas como Ano Internacional das Pessoas Deficientes (ONU, Resolução 34/154, 1979), adotando como tema principal a participação plena e igualdade. A partir de então houve o crescimento do movimento social das pessoas com deficiência em todo o mundo, e junto com eles, o reconhecimento da necessidade da adoção de políticas públicas capazes de proporcionar a inclusão social.

Ainda assim, muitos desses traços históricos discriminatórios e de exclusão permanecem até hoje. O Brasil, por exemplo, só regulou a lei criada em 1989 (Lei nº 7.853/89), que trata das garantias e direitos das pessoas com deficiência, dez anos mais tarde através do decreto nº 3.298/99, que baliza a política nacional para inclusão das PCDs.

### **Transformações no Piauí**

São poucos os trabalhos científicos referentes às pessoas com deficiência no Piauí, e quando procura-se unir o tema em questão à comunicação, se tornam ainda mais escassos. Partimos do pressuposto que a justificativa para tal fato esteja ligada da inexistência de políticas públicas específicas voltadas para as pessoas com deficiência. Pelo menos é somente em 2003 que surge a Ceid (Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência), que se transformou em outubro de 2008 em Seid (Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência). Este é o primeiro órgão governamental específico na estrutura do Governo do Estado do Piauí a trabalhar a inclusão da pessoa com deficiência.



Ou seja, somente há seis anos o Governo do Piauí passou a trabalhar, através de um órgão específico, a inclusão social destas pessoas que, em números percentuais, chega a 17,6% da população do estado (mais de 501 mil pessoas), segundo o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2000.

Neste contexto, outra questão que merece ser observada é a relação existente entre pessoa com deficiência e pobreza. Segundo o IBGE, 49,7% (cerca de 250 mil piauienses) das pessoas com deficiência são de baixa renda: ganha menos de 1/2 salário mínimo por mês. Aqui, adotamos o conceito de pobreza assumido por Lima (2003, p. 30): “(...) pobres são pessoas que vivem em condições vulneráveis e destituídas de riqueza, poder e cidadania”. Ou seja, a pobreza não se restringe somente às necessidades materiais, ela também está diretamente relacionada às questões políticas, culturais e simbólicas, e por isso mesmo é preciso “pensar a pobreza com uma relação social de caráter multifacetado”. (Lima, 2003, p. 29).

Tudo isso caracteriza ainda mais a necessidade de adoção de medidas que proporcionem, não só melhores condições de vida para as PCDs, mas o reconhecimento social como sujeitos que possuem direitos e deveres e que por isso mesmo devem ter seu espaço de representatividade na sociedade.

Essa necessidade fica mais evidente quando percebemos que ao longo da história, os termos usados para identificar as pessoas com deficiência evoluíram de acordo como a sociedade enxergava estes sujeitos: “inválidos”, “incapacitados”, “defeituosos”, “deficientes”, “excepcionais”, “pessoas deficientes”, “pessoas com necessidades especiais”, “pessoas especiais”, “pessoas portadoras de deficiência” até chegar ao termo atual, “pessoas com deficiência”, que passa idéia exata de que se tratam de pessoas, como quaisquer outras, mas que possuem uma deficiência, que por sua vez, implica na necessidade de serem vistas como tais, e não como coitadinhas ou heroínas.

No Piauí, até três anos atrás, a representação das pessoas com deficiência resumia-se ao termo deficiente físico ou ainda a termos pejorativos como *doidinho* ou *doentinho*, quando na verdade existem pelo menos cinco categorias de deficiência (física, mental, visual, auditiva e múltipla), onde não se inclui a doença mental. O próprio desconhecimento dos termos, que trazem consigo as características específicas de cada tipo de deficiência e por isso mesmo necessitam de ações igualmente específicas, demonstram a exclusão a que as PCDs estavam submetidas.



Da mesma forma como acontecia na Grécia e na Roma antigas, era comum a existência de casas onde famílias escondiam seus filhos em quartos fechados, tirando deles o direito de convivência social, dentre vários outros direitos.

### **Percepção e identidade**

Hall (1992) explica que a identidade é produzida a partir da relação com a sociedade, com o reforço entre iguais, onde os conceitos são reforçados a partir da interação entre eles (sujeito sociológico). “A identidade, então costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”), o sujeito à estrutura”. Ou, avançando um pouco mais até o sujeito pós-moderno de Hall, a identidade é formada e transformada continuamente de acordo com as formas que o sujeito é representado e interpelado pelos sistemas culturais.

Fica clara então a importância das PCDs terem uma representação social adequada na mídia, que favoreça a divulgação dos direitos e da igualdade, reforçando o discurso de inclusão, contribuindo para o surgimento de uma espécie de ciclo virtuoso, onde o Poder Público passa a agir levando em conta a inclusão social das pessoas com deficiência, priorizando as mais pobres; onde a sociedade também passa a enxergá-las e a adotar medidas simples como acessibilidade arquitetônica nas portas de lojas, por exemplo, e passa a desenvolver uma relação de interação; onde as famílias passam a ter acesso a informações sobre direitos e com isso desenvolvem uma consciência mais crítica contra a exclusão e a favor da busca da cidadania; onde os grupos sociais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência se fortalecem e passam a exigir novas ações do governo e da sociedade, sendo que isso volta a ganhar espaço midiático.

Esse ciclo é fundamental para a construção de sentidos na sociedade:

“A mídia, quando se reporta a um acontecimento, não é somente uma reprodutora de informações, mas, sobretudo, uma produtora de sentidos, já que a mídia não se caracteriza como lugar de passagem, mas de construção simbólica dos acontecimentos”.

(CRESPO, citado por Figueiredo, 2006)

Partindo do pressuposto de que somente nos últimos seis anos é que se tornam perceptíveis conquistas que vão desde ações governamentais a favor do reconhecimento e da inclusão da pessoa com deficiência, à percepção da sociedade de que as PCDs existem e precisam ter seu espaço social reconhecido, é que essa nova fase passa a ser representada nos veículos de comunicação de forma mais constante e crescente. Ao



serem identificados nos jornais impressos, por exemplo, as PCD's passam a ter voz, a se identificar e a serem identificadas pela sociedade, num processo de reconhecimento, construção de cidadania e percepção social.

### **Deficiência, políticas públicas e representação social**

Os dados estatísticos populacionais já citados mostram uma aproximação entre pobreza e pessoas com deficiência no Piauí. Se sobreviver em condição de vulnerabilidade social já é, por si só, muito difícil, imagine quando por trás dessa situação de indigência tem uma pessoa com deficiência, com limitações físicas, sensoriais ou mentais, sem acesso às políticas públicas específicas de inclusão, sem representação social e sem reflexo na sociedade. É como se às PCDs fosse negado o direito à cidadania.

Para tentar compreender um pouco sobre essa relação é necessário perceber as intersecções conceituais adotadas para pessoa com deficiência, políticas públicas e representação social. Os conceitos para pessoa com deficiência, aplicados nesta pesquisa, serão os defendidos por Melo (2008), que acredita que deficiência é uma perda parcial ou total de uma capacidade ou de uma estrutura, diante do padrão normal para um ser humano. Trata-se de uma limitação e não da pessoa em si:

“Numa sociedade que busca a inclusão, trata-se apenas de uma limitação que o indivíduo pode vir a sofrer no decorrer de sua vida, não se confundindo com a própria pessoa”. (MELO, 2008, p.18).

Melo cita Ciszewski que tem se destacado por enfatizar mais a interação social que as limitações de ordem física, sensorial ou mental. Dessa forma, o que caracteriza uma pessoa com deficiência é muito as dificuldades de se relacionar e se integrar à sociedade.

Neste sentido, a deficiência precisa ser entendida não só a partir do aspecto físico-cognitivo, mas principalmente no campo da integração e da representação social.

No caso do tema em debate, uma política pública voltada para as PCDs só se concretiza a partir do momento em que um grupo de pessoas passa a se beneficiar diretamente dela, tendo melhores condições de vida, a partir de ações do governo e da sociedade.

Quando se tratam de políticas públicas, Melo explica que as mesmas constituem-se de decisões e ações governamentais que buscam atender ao interesse de uma



coletividade, e, claro, têm influência direta na construção da cidadania dessas pessoas. E por reverberar diretamente na sociedade, permitem a observação e interpretação dos grupos de cidadãos atingidos ou não por essas medidas.

“As políticas públicas permitem a observação e interpretação do conjunto de opiniões e tendências na sociedade civil em relação a elas, ou seja, acerca de tudo que o governo faz ou deixa de fazer que afete direta ou indiretamente um grupo de cidadãos. Acrescente-se que políticas públicas são uma teia de decisões e ações governamentais que visam ao interesse de uma coletividade e influenciam a vida de muitos cidadãos, sendo seu processo de criação numa sociedade democrática extremamente dinâmica e com a participação de diversos atores, em vários níveis”. (PATRI, 2006, citado por Melo).

O terceiro aspecto envolvido nesta pesquisa é a representação social. Para Serge Moscovici, a representação social é a intersecção entre o indivíduo e a sociedade, reforçando o conceito adotado pela psicologia social, que entende o conhecimento como sendo produzido pela interação e comunicação, sendo que sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos. Ou seja, “as representações sociais são produtos dos movimentos sociais, construídas coletivamente nas interações sociais, com valores e idéias que circulam na sociedade”. No entendimento de Moscovici, os meios de comunicação contribuem decisivamente para a formação de atitudes e opiniões da sociedade, que por sua vez criam representações das mais diversas, que se adequam de acordo com os valores individuais de cada um. Para ele, os meios de comunicação são verdadeiros formadores de representações sociais e das repercussões dessas representações nas interações sociais.

Conforme cita Silva, as representações sociais se constroem no espaço das comunicações, o que leva a pressupor que os meios de comunicação, onde se inclui a mídia impressa, interferem diretamente na formação de atitudes de pessoas ou grupos. Para ela, a comunicação social tem em suas raízes as representações das relações humanas e sociais. Corroborando com esta tese, Fausto Neto (1999) entende que a mídia produz representações sociais com o diferencial de ser o instrumento que gera visibilidade aos acontecimentos, legitimando-os. Ou seja, para que determinada demanda social tenha legitimidade se faz necessário que ela seja publicizada.

Nesse sentido, para que uma pessoa com deficiência passe a ter representação social, é preciso que ela tenha mais espaços na mídia, seja reivindicando o direito à inclusão social, seja argumentando contra o preconceito, seja cobrando e garantindo



seus direitos, proliferando a informação de que as PCDs podem ter seus espaços e vão ocupá-los, participando das discussões gerais, dentro de um patamar de igualdade.

Assunção (2006) também reforça este pensamento ao entender que a “mídia se configura como um órgão importante no mundo atual, pois reverbera os sentidos emitidos pelas problemáticas atuais, além de conferir-lhes um significado”.

Já Jovchelovith (2000) destaca que ao dar visibilidade às problemáticas sociais, a mídia também se torna um importante mecanismo pela busca da legitimação dessas questões e por isso mesmo se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo de representações sociais.

Assim, o entrelaçamento das políticas públicas como instrumento capaz de atender às demandas e problemas de determinados grupos sociais e da representação social na mídia como instrumento de legitimação das diferentes vozes e problemáticas ocorre de forma natural. No caso desta pesquisa a pessoa com deficiência é o tema comum às duas áreas.

### **A amostra**

Durante o mês de junho de 2008 os jornais O Dia, Meio Norte e Diário do Povo registraram 19 matérias com alguma relação com pessoa com deficiência, sendo oito no Jornal Meio Norte, cinco no Diário do Povo e seis no Jornal O Dia. Para tentar facilitar a compreensão sobre a análise das matérias foi estabelecida, para esta pesquisa, uma divisão em cinco categorias: *Prevenção de Deficiências*, que engloba as notícias relativas às formas como a população e o Governo podem agir para prevenir deficiências; *Direitos*, que envolve notícias com orientações e/ou denúncias sobre os direitos das PCDs; *Conquistas*, que relaciona notícias sobre novos benefícios para a categoria, seja no âmbito da aplicação de políticas públicas seja como uma ação espontânea da própria sociedade; *Anúncio Publicitário*, que busca identificar a presença de publicidades nos veículos impressos pesquisados voltada para as pessoas com deficiência ou com elas sendo elementos principal ou coadjuvante; e *Geral*, a quinta e última categoria, que compreende as demais notícias não enquadradas nos itens anteriores. Como o objetivo dessa pesquisa não é comparar a forma como cada veículo trabalha a presença das PCDs, e sim mostrar, de uma forma geral, como elas aparecem



representadas socialmente, a análise envolve o número total de notícias encontradas no recorte.

Dessa forma, do total de 19 matérias, 21% se enquadra dentro da categoria *Prevenção de Deficiências*, abordando a campanha de vacinação, que previne contra a poliomielite, e a prevenção de derrame cerebral que é o AVC (Acidente Vascular Cerebral). Nos dois casos trata-se de políticas públicas preventivas, capazes de evitar novos casos de deficiência: a poliomielite causa deficiência progressiva nos membros superiores e inferiores, mas já é considerada controlada no Brasil, sem o registro de novos casos. A vacinação de todas as crianças de zero a cinco anos de idade torna-se fundamental para evitar que a doença volte a existir no Brasil. As quatro matérias que tratam do assunto chamam a atenção da população para o dia da vacinação, a importância, a previsão das autoridades do número de pessoas que devem se vacinar e o número de pessoas que foram vacinadas. Já as duas matérias que abordam a prevenção do derrame cerebral trazem as orientações de especialistas sobre os cuidados que as pessoas devem adotar como hábitos de vida mais saudáveis com uma reeducação alimentar e a prática de atividades físicas, para diminuir de forma considerável o risco de ser uma vítima do derrame. As matérias trazem ainda a quantidade de pessoas que tem derrame cerebral todos os anos e depoimentos de quem teve a doença, está se recuperando, e chama a atenção do leitor sobre a importância da prevenção. O derrame cerebral, quando não mata, pode causar deficiências físicas e mentais temporárias ou permanentes.

A categoria *Direitos* ficou com quase 16% das notícias publicadas, sendo que uma matéria mostra PCDs reclamando da falta de acessibilidade nos espaços públicos e privados de Teresina, e que por isso eles ficam impossibilitados de se locomoverem na cidade de forma mais independente e confortável. A segunda matéria mostra que o Plano Diretor dos Transportes Coletivos da capital exclui os deficientes, na medida em que não atende a determinação do governo federal de equipar a frota com ônibus adaptados. Na reportagem tem a fala do Ministério Público, de entidades de PCDs confrontados pelos representantes dos empresários de ônibus coletivos da cidade. Nela, o Ministério Público diz que vai acionar a Justiça para garantir o direito. Já a terceira matéria faz uma abordagem positiva das leis que garantem direitos específicos das pessoas com deficiência nos concursos públicos, como a obrigatoriedade de vagas exclusivas, provas adaptadas para pessoas com surdez ou cegas, e local adaptado da realização de provas para pessoas com deficiência física.



Mais de 42% das matérias do recorte foram enquadradas na categoria *Conquistas*. Uma trata da inauguração de uma clínica de fisioterapia para reabilitação de pessoas com deficiência física no interior do Piauí; duas mostram as adaptações feitas no Zoobotânico de Teresina para receber as pessoas com deficiências; a quarta matéria traz pessoas que conseguiram se reabilitar através do Complexo Estadual de Reabilitação e mostra os serviços disponíveis para tratamento de reabilitação e inclusão social das PCDs no Estado, citando exemplos de pessoas que são beneficiadas com o serviço; a quinta matéria mostra a Secretaria de Educação do Estado explicando que grande parte das escolas públicas estaduais serão adaptadas, terão professores capacitados e receberão equipamentos específicos para trabalhar com os alunos com deficiência de forma inclusiva, junto com os outros alunos sem deficiência. A sexta matéria diz que o Siconde (Sistema Nacional de Informação) foi implantado no Piauí, o que possibilitará a criação de um banco de dados sobre as PCDs e servindo de embasamento para futuras pesquisas na área. E as duas últimas matérias tratam da realização de conferências municipais de capacitação e implantação de conselhos municipais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, em cidades do interior do Estado. Estes conselhos, formados por representantes da sociedade civil, entidades e representantes do governo municipal é que vão discutir as políticas públicas que devem ser implantadas na cidade e cobrar a execução das autoridades competentes. Em todas as matérias da categoria *Conquistas* é mostrado que esses benefícios são resultados das políticas públicas trabalhadas pela Seid.

Na categoria *Anúncio Publicitário* foi encontrado apenas um item, equivalente a 5% de todo o material coletado. O anúncio, que traz a assinatura do Governo do Estado e da Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência, faz referência ao Dia Estadual da Pessoa com Deficiência, dia 9 de junho, trazendo as principais conquistas resultados das ações de políticas públicas implementadas no Estado. O material traz uma foto de uma criança com síndrome de down sorrindo e abraçando um coração de pelúcia.

Na quinta e última categoria denominada *Geral* está quase 16% das matérias da pesquisa. Uma mostra que o envelhecimento da retina lidera as causas de cegueira no Brasil; a segunda mostra uma ação social, a fim de arrecadar dinheiro, desenvolvido pelos alunos da AMH (Associação Piauiense de Mielomeningocele e Hidrocefalia), que é uma entidade formada por familiares de pessoas que possuem uma das duas



deficiências; e a terceira matéria mostra um homem que perdeu as pernas vítima de um acidente automobilístico e que precisa de cadeira de rodas.

### **Considerações finais**

O recorte analisado mostra como os assuntos pertinentes às pessoas com deficiências ainda ocupam poucos espaços nos jornais impressos do Piauí. Em 30 dias, em três jornais apareceram apenas 19 matérias sobre o tema. Nem mesmo o fato do período escolhido para o recorte englobar datas que poderiam ser consideradas importantes para novas pautas, como o aniversário de cinco anos da Seid e o Dia Estadual da Pessoa com Deficiência, proporcionou uma presença mais significativa do tema nas páginas dos impressos.

Outra observação relevante é que as poucas matérias encontradas nem sempre implicam na construção de uma representação social da própria pessoa com deficiência e de suas vozes, da forma como é pensado nesta reflexão. Quase 53% das matérias analisadas trazem uma referência de autoridades e especialistas falando sobre os direitos, conquistas e prevenção resultados diretos de ações de políticas públicas, mas deixando de lado, na maioria das vezes, que as pessoas com deficiência abordem suas próprias questões, o que está presente em apenas 47% do material. Não foi encontrado nenhum registro com a presença de uma pessoa com deficiência tratando de outros temas mais comuns na sociedade, como, por exemplo, falando da questão econômica ou política do país, como qualquer outro cidadão ou especialista.

Percebe-se que os jornais ainda não demonstram uma preocupação em buscar a opinião das PCDs e de suas famílias para a maioria das matérias, nem naquelas que mostram as ações de políticas públicas, nem em temas mais corriqueiros que pautam os jornais todos os dias.

Dentro das categorias propostas na divisão do material pesquisado é possível identificar algumas singularidades. As matérias do grupo chamado de *Conquistas*, que engloba a maior quantidade (42%), são onde as pessoas com deficiência mais aparecem como representação social em si mesmas, seja através de fotografias ou de discursos dentro das próprias matérias. Isso ocorre em cinco, das nove matérias dentro do tema. É aqui também onde se encontra a maioria absoluta das matérias que abordam as políticas públicas. Da mesma forma acontece na categoria *Direitos* (16%), em duas das três



matérias assim classificadas. Aqui, percebe-se que, apesar dos espaços destinados a denúncias e cobranças de direitos serem muito escassos, nesse tipo de matéria é mais comum localizar a voz das próprias PCDs.

A boa notícia é que os jornais destinam um bom espaço, dentro do tema em questão, para reportar sobre prevenção de deficiências. Essa é a segunda categoria que mais aparece no recorte, com 21% do total de matérias. Isso é importante por que difunde as informações e pode proporcionar que um maior número de pessoas possa buscar formas de também ser beneficiado.

Apesar de duas das três matérias do grupo categorizado de *Geral* terem a participação direta, com voz e fotografia, a matéria sobre o pedido de uma cadeira de rodas do vendedor ambulante que perdeu as duas pernas, termina por, a grosso modo, reforçar a representação social de um coitadinho, o que pode ter um peso significativo contra a busca de espaços que favoreçam a inclusão social. Por outro lado, a matéria também traz em si a denúncia de que se faz necessário uma política pública mais eficaz capaz de atender esse tipo de demanda. Ainda que essa denúncia seja tratada textualmente de forma bem suave.

E dentro do item *Anúncio Publicitário* aparece apenas uma publicidade governamental que termina por reforçar o discurso da inclusão social ao fazer referência específica ao Dia Estadual da Pessoa com Deficiência. Porém, nos demais anúncios dos jornais impressos, de origem particular ou governamental, essa mesma inclusão não é trabalhada nem mostrada, perdendo-se uma ótima oportunidade de reforçar essa representação social.

Finalizando, o material analisado mostra que a representação social das pessoas com deficiência é pouco trabalhada nos três principais jornais impressos piauienses, terminando por dificultar que o processo de inclusão possa avançar de forma mais acelerada nas discussões e ações da sociedade. Sem espaço adequado, sem representação social necessária, o discurso de inclusão da pessoa com deficiência não tem a força necessária para reverberar socialmente.

De qualquer forma essa reflexão mostra também a necessidade de se desenvolver uma pesquisa mais ampla e aprofundada, como dissertação de mestrado, que seja capaz de mostrar a evolução da representação social da PCD na mídia, especialmente dos últimos seis anos até os dias atuais. A proposta poderia coincidir com o mesmo período em que o Estado passou a trabalhar as políticas públicas de inclusão de forma mais específicas, com a implantação da Seid.



## Referências bibliográficas

CISZEWSKI, Ana C. V. O. **O trabalho da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: LTr, 2005.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de deficiência (CONADE). Disponível em: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br). Acesso em 03/03/2009.

COORDENAÇÃO Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Disponível em: [www.mj.gov.br/sedh/dpdh/corde/corde.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/corde/corde.htm). Acesso em 03/03/2009.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem – Os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1992

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 03/03/2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, A. J. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. 1. ed. Teresina: Halley, 2003. v. 1. 396 p.

MELO, Simonelly Valéria dos Santos. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: análise das políticas públicas em Teresina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho Arcides Guareshi. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAMPAIO, Hugo Assunção. **As construções Simbólicas acerca da pobreza urbana na mídia impressa em Teresina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, 2006.



SECRETARIA Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência – Seid. Disponível em [www.seid.pi.gov.br](http://www.seid.pi.gov.br). Acesso em 03/03/2009.

SILVA, Maria do Carmo Soares Costa. **Inclusão e Deficiência: em busca das representações sociais na mídia impressa em Natal/RN**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.